SUBSTITUTIVO DE TÉCNICA LEGISLATIVA E REDAÇÃO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO № 17, DE 1999

Dá nova redação aos artigos 51, IV, 52, XIII, 61, § 1º, II, a, e 73, e acrescenta parágrafos aos artigos 25, 29, 32, 51 e 52, todos da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os artigos 51, IV, 52, XIII, 61, § 1º, II, a, e 73 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51. (...)

IV – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, obedecido como limite o subsídio dos membros do Congresso Nacional e

observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (NR)

Art. 52 (...)

.....

XIII — dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, obedecido como limite o subsídio dos membros do Congresso Nacional e observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (NR)

.....

Art. 61. (...)

.....

§ 1° (....)

II - (...)

 a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, que não poderá exceder o subsídio do Presidente da República; (NR)

.....

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96 e observando como limite, no encaminhamento de projetos que disponham sobre a remuneração dos respectivos cargos, o subsídio dos membros do Congresso Nacional;(NR)".

Art. 2º São acrescidos os seguintes parágrafos aos artigos 25, 29, 32, 51 e 52, passando o parágrafo único do art. 52 a vigorar como § 1º:

"Art. 25. (...)

§ 4º Na distribuição e no exercício das competências estaduais sobre matéria administrativa, deverão ser obedecidas as normas preconizadas no Título IV, especialmente no que se refere aos limites de remuneração de cargos públicos e à reserva de iniciativa atribuída a cada Poder.

A + 00 /)

Art. 29. (...)

Parágrafo único. Na distribuição e no exercício das competências municipais sobre matéria administrativa, deverão ser obedecidas as normas preconizadas no Título IV, especialmente no que se refere aos limites de remuneração de cargos públicos e à reserva de iniciativa atribuída a cada Poder.

Art. 32. (...)

§ 5º Na distribuição e no exercício das competências do Distrito Federal sobre matéria administrativa, deverão ser obedecidas as normas preconizadas no Título IV, especialmente no que se refere aos limites de remuneração de cargos públicos e à reserva de iniciativa atribuída a cada Poder.

"Art. 51. (...)
Parágrafo único. Os recursos destinados ao

provimento de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração cujo objetivo seja a admissão de servidores voltados ao atendimento direto dos Deputados não poderão exceder a setenta e cinco por cento do subsídio dos membros do Congresso Nacional.

.....

Art. 52. (...) § 1° (...)

§ 2º Os montantes destinados ao provimento de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração cujo objetivo seja a admissão de servidores voltados ao atendimento direto dos Deputados não poderão exceder a setenta e cinco por cento do subsídio dos membros do congresso Nacional."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de

de 1999.

Deputada ZULAIÊ COBRA Relatora

Subs.912712